

[de.mãos.dadas]

Em defesa da escola pública



gestão
É tempo de
resistir e
conquistar!
CUT CME

Prefeito e secretário não cumprem promessas sobre ICS



**Servidores vão
fortalecer a cobrança**

Pag. 5



**Ducci quer
adotar banco de
horas e deixar de
pagar
hora-extra**

Pag.3

**Seminário
atualiza
propostas do
magistério para
PME**

Pág.4

**Mulheres com
mais de 60 anos
querem apoio
para continuar a
correr**

Pag.8

Prefeito se inspira em Maquiavel para governar

Adota a estratégia de concentrar as medidas impopulares no primeiro ano. Se dará certo, só o futuro dirá

O prefeito Luciano Ducci viajou recentemente para Florença, a capital do Renascimento italiano. Terra de Leonardo da Vinci, Dante Alighieri e Maquiavel.

Não deve ser coincidência. De Nicolau Maquiavel parece vir um grande ensinamento que Ducci adota neste seu primeiro ano de governo.

Em "O Príncipe", o pensador florentino descreve as ações de um monarca para usar e manter seu poder, controlando o apoio popular. Seu trabalho foi observando o governo de Lorenzo de Medici, e dedicado a ele.

Esse ensinamento é concentrar num único momento as ações negativas, que causem insatisfação popular. Depois, aos poucos,

adotar medidas que agradem o povo, de modo constante, para ir diminuindo a insatisfação e reconquistar o apoio.

Observemos, então, as atitudes do prefeito neste primeiro ano de mandato. Vem procurando impor à sociedade diversas medidas neoliberais e impopulares.

Uma delas é a implantação do banco de horas no serviço público municipal, que tratamos na edição deste jornal.

Outra medida é a privatização do Hospital do Idoso Zilda Arns, por meio da Fundação Estatal de Direito Privado. O hospital recebeu milhões em investimentos dos governos federal e municipal e agora será entregue à exploração de empresários, que

se preocupam mais com o lucro do que com a saúde da população.

Uma terceira postura que lembra Maquiavel é a observamos em relação ao ICS. O prefeito fala em negociação com o funcionalismo e na ampliação dos serviços ao mesmo tempo em que evita os servidores e diminui a estrutura de atendimento no instituto.

Talvez a estratégia de Ducci não dê certo no século XX. Os ensinamentos políticos de 500 anos atrás não podem mais ser aplicados automaticamente à complexa realidade de agora.

Se o atual prefeito tem planos para a reeleição em 2012, deve repensar sua estratégia. Como a coligação política na Prefeitura de Cu-

ritiba tem outros postulantes à futura vaga de prefeito, seu nome pode se enfraquecer. Ducci pode acabar por repetir a ingloria participação de Osmar Bertoldi, que

assumiu provisoriamente a Prefeitura de Curitiba e ficou com o ônus da administração Taniguchi, em vez de Beto Richa, que era o vice-prefeito da gestão.



Tabela de Vencimentos do Magistério - Abril/2010 (com 5% de reajuste)

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
• Parte Especial									
100	743,32	764,11	785,50	807,50	830,11	853,37	877,27	901,81	927,06
101	953,05	979,71	1.007,17	1.035,37	1.064,36	1.094,14	1.124,77	1.156,29	1.188,68
102	1.221,92	1.256,17	1.291,32	1.327,46	1.364,68	1.402,89	1.442,15	1.482,51	1.524,07
• Parte Permanente - Graduação									
103							1.008,85	1.037,12	1.066,16
104	1.096,01	1.126,68	1.158,26	1.190,67	1.224,01	1.258,28	1.293,52	1.329,76	1.366,98
105	1.405,25	1.444,60	1.485,07	1.526,60	1.569,36	1.613,31	1.658,49	1.704,95	1.752,68
106	1.801,75	1.852,19	1.904,08	1.957,38	2.012,18	2.068,49	2.126,46	2.186,00	2.247,20
107-PI	2.310,13	2.374,81	2.441,30	2.509,65	2.579,93	2.652,16	2.726,43	2.802,77	2.881,24
108-PI	2.961,92	3.044,85	3.130,10	3.217,75	3.307,85	3.400,46	3.495,68	3.593,56	3.694,18
• Parte Permanente - Especialização									
107	983,03	1.010,54	1.038,87	1.067,95	1.097,85	1.128,58	1.160,18	1.192,69	1.226,06
108	1.260,40	1.295,69	1.331,98	1.369,25	1.407,61	1.447,03	1.487,57	1.529,21	1.572,01
109	1.616,05	1.661,32	1.707,80	1.755,62	1.804,81	1.855,33	1.907,29	1.960,68	2.015,57
110	2.072,03	2.130,03	2.189,70	2.250,98	2.314,03	2.378,82	2.445,43	2.513,89	2.584,28
111-PH	2.656,64	2.731,02	2.807,50	2.886,10	2.966,92	3.049,99	3.135,39	3.223,18	3.313,43
112-PH	3.406,20	3.501,58	3.599,62	3.700,41	3.804,03	3.910,54	4.020,03	4.132,59	4.248,31
• Parte Permanente - Mestrado									
111	1.130,48	1.162,14	1.194,68	1.228,13	1.262,54	1.297,90	1.334,20	1.371,59	1.410,00
112	1.449,49	1.490,06	1.531,79	1.574,66	1.618,77	1.664,08	1.710,68	1.758,59	1.807,84
113	1.858,45	1.910,52	1.963,99	2.018,99	2.075,53	2.133,63	2.193,36	2.254,81	2.317,93
114	2.382,85	2.449,53	2.518,15	2.588,65	2.661,14	2.735,63	2.812,24	2.891,00	2.971,94
115-PIII	3.055,14	3.140,68	3.228,62	3.319,02	3.411,95	3.507,49	3.605,70	3.706,65	3.810,45
116-PIII	3.917,14	4.026,82	4.139,57	4.255,48	4.374,63	4.497,12	4.623,04	4.752,48	4.885,56
• Parte Permanente - Doutorado									
500	1.300,06	1.336,47	1.373,88	1.412,35	1.451,90	1.492,55	1.534,34	1.577,30	1.621,47
501	1.666,87	1.713,54	1.761,52	1.810,84	1.861,55	1.913,67	1.967,25	2.022,33	2.078,96
502	2.137,18	2.197,01	2.258,53	2.321,77	2.386,78	2.453,61	2.522,31	2.592,93	2.665,54
503	2.740,17	2.816,89	2.895,76	2.976,85	3.060,20	3.145,88	3.233,97	3.324,52	3.417,61
504	3.513,31	3.611,68	3.712,80	3.816,77	3.923,63	4.033,49	4.146,43	4.262,53	4.381,88
505	4.504,57	4.630,71	4.760,36	4.893,65	5.030,67	5.171,54	5.316,34	5.465,19	5.618,22

[de-mãos-dadas]
Lem defesa da escola pública



Sismmac
Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba
Al. Dr. Muricy, 54, 10º and, Centro,
Fone/fax (41) 3225-6729,
80.010-120 - Curitiba, Paraná

www.sismmac.org.br

Gestão "É tempo de resistir e de conquistar"

Coordenação Política
Maíra Beloto de Camargo e Simeri Ribas Calisto

Coordenação de Formação
Rafael Alencar Furtado e Sueli Chalegre Barbosa

Coordenação Institucional
Ana Denise Ribas de Oliveira e Lorici Kuhn Corsi

Coletivo de Coordenações
Alda Perpétuo M Sampaio, Alice M do Nascimento Destri, Aline Chalus Vernick Carissimi, Ana Lorena de Oliveira Bruel, Ângela Maria de Castro, Beatriz S. do Prado Gabardo, Dalva F Zimmermann, Edicleia Regina Martins, Fabíola Beatriz Franco de Souza, Glacelise Cordeiro Brites, Juliana de Souza, Luciana Szenczuk, Maria Emilia Martins, Regina Klengenfus Scheibe, Rita de Cássia G Waldrigues, Rogério Andriano Lau, Silmara Ayres de Carvalho e Vanessa Simas.

Conselho Fiscal
Cláudia Maria Daufenbach, Douglas Danilo Dittrich, Jorge Miguel Malheiros, Joselis Graciano e Miriam Bialli.

As Coordenações Política, de Formação e Institucional têm liberação para atuar no Sismmac

Jornalista Responsável: Luiz Herrmann (DRT-2331)
Impressão: Helvética (41-3332-7224)
Tiragem: 5 mil

Ducci quer adotar banco de horas no lugar da hora extra

Medida incluída em projeto de lei sobre jornada de trabalho de assistentes sociais pode ser estendida ao magistério

Um péssimo exemplo difundido no setor privado pode se tornar realidade no serviço público municipal. A fim de evitar o pagamento de horas extras a servidores, o prefeito Luciano Ducci quer implantar o banco de horas na Prefeitura de Curitiba.

Na prática, a administração municipal deixa de pagar horas-extras. As horas trabalhadas a mais ficam acumuladas em um "banco", para serem trocadas por dias de folga. Em outros termos, é uma forma de flexibilizar a jornada de trabalho sem pagar os benefícios devidos aos trabalhadores.

A medida seria implantada por uma proposta que altera a lei 11.000. O projeto adapta à legislação municipal a jornada de trabalho dos assistentes sociais, terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas, que foi reduzida de 40 para 30 horas semanais.

Mas, sorrateiramente, o artigo 3º do projeto diz: "Fica autorizado o Poder Executivo a implantar Escalas de Trabalho e Banco de Horas em regime de compensação de horário, observada a jornada legal mensal de trabalho de cada cargo".

Como não há especificações para quais profissionais

esta prática seria aplicada, o entendimento é de que ela passaria a ser válida para todo o serviço público municipal de Curitiba, inclusive o magistério.



Porque ser contra o banco de horas

1. Incentiva o aumento da jornada de trabalho, pois a preferência economiza e deixa de pagar as horas extras em dinheiro aos trabalhadores;

2. Não incide sobre aposentadoria e férias;

3. Reduz as chances de abertura de novas vagas em concursos públicos, pois servidores acabam preenchendo lacunas;

4. Flexibiliza a jornada de trabalho, dificultando que o servidor tenha outras atividades como estudo, lazer, convivência familiar, entre outros;

5. Chefias podem determinar quando o servidor poderá

tirar a folga e "puxa-sacos" terão prioridade;

6. Para conseguir tirar a folga, o servidor terá que negociar com a chefia e a folga pode ser dada no momento de baixa da procura de usuários, enquanto as horas a mais serão executadas no momento de alta, assim, o servidor trabalhará de forma mais intensa;

7. O aumento da jornada acarreta um desgaste maior dos servidores, causando doenças do trabalho.

Adaptação de texto publicado no site www.sismuc.org.br

Saúde

Fundação de Direito Privado é ameaça à saúde pública

A gestão de Luciano Ducci aplicou um dos maiores golpes contra os servidores público municipais de Curitiba este ano. No dia 27 de outubro, em reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, representantes da Secretaria da Saúde apresentaram proposta de projeto de Fundação de Direito Privado para o setor.

A proposta foi aprovada por 28 votos contra apenas 6, sendo um destes contrários o voto da representante indicada pelo Sismuc. A medida abre brechas para a terceirização do serviço e contratação de funcionários celetistas em todo o sistema de saúde municipal.

Para se compreender a gravidade da proposta, imagine se uma escola municipal passasse a ser gerenciada por fundação privada.

A proposta segue o mo-

delo de Fundação Estatal de Direito Privado (FEDP) que, em nível nacional, tramita no Congresso sob o nome de PL 92/2007 e foi veementemente rejeitado pelos delegados da Conferência Nacional de Saúde.

A fundação permite que as pessoas que atuam nos serviços de saúde municipal de Curitiba sejam contratadas por processos seletivos, ou seja, por contratos baseados na CLT e não por concursos públicos.

Outro sério questionamento diz respeito à forma atropelada com que o projeto foi encaminhado pela mesa diretora do conselho. A minuta do projeto de lei foi encaminhada via e-mail às 12h35, para ser apreciada e aprovada na reunião marcada para acontecer na tarde do mesmo dia.

Adaptação de texto publicado no site www.sismuc.org.br

Montagem sobre foto de Joel Rocha / SMCS



Hospital do Idoso Zilda Arns seria a primeira unidade a ser repassada a Fundação de Direito Privado

**O Sismmac é o magistério unido
na luta por seus direitos
SINDICALIZE-SE!**

Magistério atualiza propostas ao Plano de Educação

O 6º Seminário dos Trabalhadores da Educação, realizado em outubro, debateu também os direitos da categoria

Para retomar as discussões sobre a construção do Plano Municipal de Educação, o Sismmac promoveu em 25 de outubro, o 6º Seminário dos Trabalhadores de Educação – Organização do Trabalho Pedagógico.

As atividades foram realizadas no Anfiteatro 100, do setor de Humanas, na Reitoria da Universidade Federal do Paraná. Pela manhã ocorreram debates com painelistas convidadas. À



tarde, em plenária, foi feita a revisão das propostas da categoria para o Plano Municipal de Educação.

Prestigiaram o seminário representantes da Associação de pais, dos Conselhos Estadual e Municipal de Educação, da APP-Sindicato e Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, a vereadora professora Josete, Sismuc e CUT.

Andréa Caldas



Diretora do Dept. de Educação da UFPR

Quando pela primeira vez se pensou na construção de plano de educação, institucionalmente, foi nos anos 30, no manifesto dos pionei-

ros da Escola Nova. A ideia era dar organicidade àquilo que já eles viam como um problema da educação no país, que eram a fragmentação, a desigualdade, as distorções.

Um país que não pensava no seu povo não ia pensar na educação. Quando a maioria dos países da Europa e os EUA já estavam construindo seus sistemas nacionais de educação, nós ainda tínhamos parte do nosso povo escravizado. A Itália e a Alemanha, quando se unificaram, a primeira coisa que fizeram foi definir uma língua nacional. A segunda foi uma lei nacional da educação.

Nessa época, a única lei de educação que nós tivemos foi a que deu origem ao dia 15 de outubro, em 1827, mas virou letra morta. Depois foi definido que cada província ai resolver a sua educação do jeito que lhe aprouvesse.

Essa é a marca do nosso país, que não se vê como nação numa série de ações. Especialmente na área da educação, nós nunca tivemos uma cara nacional.

Isto porque não se pensou um projeto de país e, portanto, não se pensou um projeto de educação.

Ana Lúcia Zambão



Professora licenciada da rede municipal de Araucária e assessora parlamentar

Quando se faz um diagnóstico num plano de educação, não dá para ser intraescolar, para dentro do mundo da escola. Precisamos conhecer a realidade que nos cerca. Isto só é possível quando trazemos os pais para o interior da escola. Não é aquele pai que eu escolho a dedo, ou uma “liderança comunitária”, mas a maioria dos pais possíveis e ouvi-los.

Conversar com eles.

Ao fazer isto, não posso fazer só com uma rede de ensino. Uma escola municipal não pode seguir sozinha, sem dialogar sozinha com a escola estadual do mesmo bairro e que vai receber aqueles mesmos alunos, na sequência. É preciso fazer o diagnóstico juntas. Pensar juntas um plano para aquela realidade.

Marlei Fernandes



Presidente da APP-Sindicato e coordenadora do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública

Ao tratar do turno de 5 horas, o que debatemos de fato é o seu método, a sua origem e sua implementação fragmentada. Essa política resulta da falta de debate amplo e de um projeto educacional estruturante.

No estado brasileiro isto é de longa data. Nós, do movimento social, rompemos com esta trajetória na década de 80, na constituinte.

Na década de 90 construímos um plano, colocamos para a sociedade brasileira o que nós, educadores, coletivamente pensamos para as transformações sociais. Dissemos para os governos que naquele período não queiram constituir um projeto o que nós propúnhamos para a educação, na gestão democrática da escola, no financiamento, na política educacional.

Prefeito e secretário não honram compromisso assumido

Ambos prometeram que o negociariam mudanças no ICS com o Sismmac e o Sismuc

O site da Prefeitura de Curitiba noticiou em 20 de outubro uma declaração textual do secretário de Governo Luiz Fernando Jamur. Leia no destaque. Ele se comprometeu em construir uma agenda de discussão com o Sismmac e o Sismuc.

Na ocasião, Jamur chegou a estabelecer prazo para isto. Seria na segunda semana de novembro. Até o fechamento desta edição, em 23 de novembro, o secretário

não havia sequer acenado com qualquer medida para cumprir a sua palavra.

Ao que tudo indica Jamur fez apenas jogo de cena para tentar desmobilizar as centenas de servidores que participaram da mobilização em defesa do ICS.

Com a falta de palavra e de compromisso, Jamur se desmoralizou.

O prefeito segue o mesmo caminho. Em reunião realizada em agosto, Luciano

“Vamos construir uma agenda de discussão deste projeto com os sindicatos. Assim que os estudos forem concluídos, vamos levar as propostas para discussão com os sindicatos”

Luiz Fernando Jamur

Ducci declarou às diretorias do Sismmac e do Sismuc que

não faria qualquer mudança no ICS sem discuti-la com os

servidores. Apenas pediu um prazo para que Ana Luísa Schneider, que assumia a presidência do ICS, pudesse conhecer melhor a situação.

Em outubro, o funcionalismo foi surpreendido com o envio do projeto de lei 049/2010, à Câmara Municipal, alterando o regime jurídico do ICS e tornando facultativa a contribuição ao instituto. Ducci não honrou com sua palavra. Como vai querer o respeito dos servidores?

ANS confirma informações divulgadas pelos sindicatos

Pelo Ofício 1331/2010, encaminhado às diretorias do Sismmac e do Sismuc, em 25 de outubro, a Agência Nacional de Saúde respondeu aos questionamentos sobre a atuação do ICS. Em 10 de agosto, os sindicatos haviam solicitado à ANS explicações oficiais sobre o que ocorria com o Instituto Curitiba de Saúde.

A ANS confirmou as in-

formações já divulgadas pelos sindicatos à categoria. “O regime especial poderá ser levantado, caso o ICS atenda à solicitação e tenha seu Programa de Saneamento aprovado pela ANS. Se não for aprovado, poderá a Operadora [ICS] ter sua liquidação extrajudicial decretada”, assinala a assessoria da Presidência da ANS.

Segundo a PMC, ICS é a ilha da fantasia

A administração municipal pensa que engana os servidores públicos. No dia 1º de outubro, o site oficial publicou matéria dizendo que “ICS foi ampliado e modernizado para atender servidores e familiares”.

Foi uma tentativa de esconder a séria crise por que passa o Instituto Curitiba de Saúde. A matéria é tão descolada da realidade atual que chega a citar declaração de José Lupion Neto como presidente do ICS. Ele havia sido retirado do cargo mais

de dois meses antes.

O texto também fala mil maravilhas do instituto; do “atendimento de qualidade, amplo e diversificado” “dado” “pela Prefeitura aos colaboradores”.

Sobre a qualidade do atendimento, deixamos apra cada usuário comentar. Mas o serviço não é dado (pois é descontado no contracheque) e nem o servidor é colaborador da PMC. Bem que a administração municipal queria pois colaborador não tem direitos.



Quanto vale a palavra empenhada nesta mesa, que servidores das diversas unidades foram cobrar na PMC?



Sem transparência e sem democracia, autarquia não resolve a situação

Em outubro o prefeito apresentou à Câmara Municipal duas propostas relativas ao ICS. Uma delas transforma o instituto em autarquia. A outra torna voluntária a adesão e o desligamento ao instituto.

O fim da contribuição obrigatória busca adequar o ICS à lei dos planos de saúde. A medida certamente fará a arrecadação cair.

Os efeitos já começam a ser sentidos. Recentemente vários dentistas foram demitidos. O Sismmac pautou este problema no Conselho de Administração do ICS e quer explicações.

Se o objetivo for manter os serviços atuais e melhorá-

los, o que farão a Prefeitura e a administração do ICS? Vão aumentar a mensalidade ou a Prefeitura aumentar o seu aporte? Esta pergunta ainda está sem resposta.

Autarquia

Transformar o ICS em autarquia é uma proposta que os sindicatos defendem desde a sua criação. Por adquirir caráter público, terá que fazer licitação, prestar contas ao Tribunal de Contas e contratar funcionários por concurso público.

Faltam transparência e democracia

No entanto, o projeto não democratiza o instituto, nem lhe dá transparência. Desta forma, os servidores

terão pouco poder para definir as prioridades para o ICS e fiscalizar o uso dos seus recursos.

Sem democracia e sem transparência, a direção do instituto e a administração municipal vão tentar manter sua ladainha. Vão falar que o ICS é a ilha da fantasia e, quando menos se esperar, o servidor pode ser surpreendido. O instituto pode fechar ou ele pode ser chamado a pagar a conta.

Foi exatamente assim que ocorreu com a intervenção branca da Agência Nacional de Saúde. Até os membros do Conselho de Administração ficaram sabendo por meio da imprensa.

Maio de 2010

SALDO DO MÊS ANTERIOR (ABRIL)	
Caixa interno	753,61
Saldo Bancário	18.385,32
Saldo Poupança	50.876,70
Aplicação CEF	700,00
SALDO	70.715,63

RECEITAS DO MÊS	
Mensalidades Associados	117.124,39
Fundo Processual	1.388,39
Outros	474,08
Camisetas campanha lutas/2010	170,00
TOTAL RECEITA	119.156,86

DESPESAS DO MÊS	
Informática	
Hospedagem/Hostnet	34,25
Internet/Onda	198,45
Aquisições	
Livros/Revistas	1.420,00
Assessorias e Serviços	
Dieese	474,25
Honorários Advocáticos	2.782,62
Contabilidade	904,50
Locação copiadora	243,44
Motoboy	2.090,00
Assinaturas	44,16
Auxílios	
Diretoria/Alimentação	665,68
Bolsa/Estagiária	561,00
Diretoria/Transporte	772,80
Transporte - assessoria	39,60
Aux. transp. estagiária	92,40
Correio	2.310,80
Contribuições/Doações	150,00
Contribuição estatutária/CUT/CNTE	6.574,25
Energia Elétrica/Copel	228,54
Encargos	7.244,30
Eventos	
Seminários/Palestras	2.425,76
Reuniões/Conselho Represent	427,99
Coletivo de Aposentados	174,95
Paralisações/atos	220,00
Coletivo de estudo	10,00
Eventos CNTE	1.178,96
Funcionários	
Salários e aux. transp.	14.800,35
Assistência médica	1.827,09
Exames periódicos	15,00
Jurídico	
Gastos processuais	2.380,28
Sede	
Material de consumo	148,84
Material de escritório	1.319,09
Manutenção	302,57
Aluguel	1.643,74
Condomínio	1.598,56
Diversos	2,60
Imprensa e Divulgação	
Jornal/cartazes/folder	3.116,00
Telefone	
Brasil Telecom	844,46
Vivo	2.049,86
Transporte	
Transporte	1.265,80
Veículos	
Combustível	311,02
Desgaste/Combustível	259,52
Estacionamento	632,25
Manutenção	195,10
Seguro Gol	477,59
Pedágio	16,80
Tarifas Bancárias	29,00
TOTAL DESPESAS	64.504,22

Caixa interno	865,20
Saldo Bancário	72.926,37
Saldo Poupança	51.136,19
Aplicação CEF	700,00
SALDO	125.627,76

Junho de 2010

SALDO DO MÊS ANTERIOR (MAIO)	
Caixa interno	865,20
Saldo Bancário	72.926,37
Saldo Poupança	51.136,19
Aplicação CEF	700,00
SALDO	125.627,76

RECEITAS DO MÊS	
Mensalidades Associados	27.772,43
Fundo Processual	348,50
Outros	2,00
Camisetas campanha lutas/2010	25,00
TOTAL RECEITA	28.147,93

DESPESAS DO MÊS	
Informática	
Hospedagem/Hostnet	31,80
Internet/Onda	198,45
Assessorias e Serviços	
Dieese	474,25
Honorários Advocáticos	3.870,09
Contabilidade	663,00
Locação copiadora	384,72
Assinaturas	44,16
Auxílios	
Diretoria/Alimentação	502,14
Bolsa/Estagiária	561,00
Diretoria/Transporte	772,80
Transporte - assessoria	30,80
Aux. transp. estagiária	92,40
Correio	1.619,30
Contribuições/Doações	300,00
Contribuição estatutária/CUT/CNTE	6.574,25
Energia Elétrica/Copel	235,61
Encargos	8.419,09
Eventos	
Seminários/Palestras	6.162,69
Reuniões/Conselho Rep	741,09
Coletivo de Aposentados	190,00
Paralisações/atos	250,00
Eventos CNTE	480,00
Campanha de lutas 2010	1.240,00
Funcionários	
Salários e aux. transp	14.282,73
Assistência médica	2.356,47
Cursos especialização	220,00
Jurídico	
Gastos processuais	680,73
Sede	
Material de consumo	29,64
Material de escritório	30,50
Manutenção	205,00
Aluguel	1.643,74
Condomínio	1.598,56
Diversos	12,76
Seguro incendio	106,74
Imprensa e divulgação	
Jornal/cartazes/folder	2.301,00
Telefone	
Brasil Telecom	823,59
Vivo	2.116,73
Transporte	
Transporte	850,40
Veículos	
Combustível	313,18
Desgaste/Combustível	123,45
Estacionamento	473,75
Manutenção	926,00
Pedágio	26,60
Tarifas Bancárias	22,00
TOTAL DESPESAS	62.981,21

Caixa interno	782,19
Saldo Bancário	28.176,10
Saldo Poupança	61.430,45
Aplicação CEF	700,00
SALDO	91.088,74

Enem sofre ofensiva da indústria do vestibular

O Enem faz questões interdisciplinares, é absolutamente técnico, é super sofisticado”, elogia sociólogo

O MEC estima que não mais de 2 mil estudantes precisarão refazer as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Num universo de mais de 3 milhões de pessoas, isto representa 0,05% dos participantes.

Com estes dados percebe-se que a repercussão dada pela mídia aos problemas do Enem foi desmedida. Tratou-se a questão como se fosse um escândalo nacional. Foi apenas mais um escândalo midiático.

O sociólogo e consultor na área de educação Rudá Ricci concedeu entrevista ao jornalista Anselmo Massad, da Agência Carta Maior, e comentou a questão. A seguir reproduzimos alguns trechos.

Ricci considera que o Enem se defronta com a indústria do vestibular. Para ele, há uma disputa de política educacional em curso, e é necessário preservar uma avaliação de caráter nacional.

“Uma prova nacional permite que o país trace objetivos de política educacional”, esclarece. Um vestibular nacional do ponto de vista da aplicação e do conteúdo promove um impacto no ensino médio, de modo a reverter problemas dessa faixa da educação.

Para ele, os vestibulares descentralizados, feitos por cada universidade, provocam danos à educação, já que o ensino médio e mesmo o fundamental direcionam-se às provas, e não à formação em sentido mais

amplo. “O ensino médio é o maior problema da educação no Brasil, é o primeiro da lista, com mais evasão, em uma profunda falência”, sustenta.

“O Enem faz questões interdisciplinares, é absolutamente técnico, é super sofisticado”, elogia. Os méritos estariam em privilegiar o raciocínio à memorização de conteúdos. Isso permitiria que o ensino aplicado nas escolas fosse além do preparo para enfrentar provas de uma ou outra universidade.

O Enem traz uma “profunda revolução”, na visão de Rudá, “ao combater profundamente a concepção pedagógica e política de vestibulares por universidade”. Ao se aproximar dessa concepção nacional – fato que aconteceu apenas nos últimos anos –, interesses de grupos educacionais foram colocados em xeque, o que desperta ações contrárias.

“Existe uma movimentação para politizar esse tema; vamos ter o avanço de uma oposição organizada, que junta as forças políticas que perderam a eleição nacional com escolas particulares, cursinhos que têm muito interesse na manutenção do sistema de vestibular”, avalia.

O sociólogo defende o modelo de exame nacional, mas acredita que a fórmula possa ser aprimorada, seja com mais dias de provas, seja com provas aplicadas a cada ano do ensino médio.



Revolta da Chibata completa 100 anos

Marinheiros se rebelaram contra resquícios da escravidão. A repressão do governo foi de extrema covardia

Diante da tripulação do encouraçado Minas Gerais, o marinheiro Marcelino Menezes recebe 250 chibatadas. O castigo é o estopim da Revolta da Chibata, que estoura em 22 de novembro de 1910.

Formada em grande maioria por negros e pardos, a marujada toma a esquadra naval brasileira. Na luta pelo controle dos navios, morrem três oficiais e vários marinheiros. Os revoltosos exigem o fim da chibata, melhoria nos soldos e anistia. À frente do movimento estão os marinheiros Francisco Dias Martins e João Cândido. O “cérebro” e a “ação”.

A Guanabara fica quatro dias sob a mira dos encouraçados Minas Gerais e São Paulo, apoiados pelo cruzador Bahia e pelo couraçado Deodoro. O governo cede e, no dia 26, vitoriosa, termina a Revolta da Chibata.

Vem a reação. No dia 28, o presidente Hermes da Fonseca fraudava a anistia e publica decreto autorizando



baixa geral na Marinha. Em 4 de dezembro são presos marinheiros, acusados de conspiração.

Ilha das Cobras

Surgem boatos de nova

sublevação, até que no dia 9 o levante irrompe na ilha das Cobras, sede dos Fuzileiros Navais. João Cândido e os demais líderes da Revolta da Chibata não tomam parte.

O Batalhão Naval é bombardeado por oito horas e o governo não aceita a rendição incondicional. Usa a situação para implantar o Estado de Sítio. Com os direitos civis suspensos, tem início a repressão.

Os envolvidos na revolta da chibata, anistiados, são levados à prisão. Alguns são executados. João Cândido e mais 17 marujos são atirados numa mesma solitária na ilha das Cobras. Ao pedirem água, os presos recebem baldes com água e cal. Quando a cela se abre, há somente dois sobreviventes. No total, de 29 presos, sobrevivem onze. Dias depois, João Cândido é internado num hospício, como louco.

Da revolta da esquadra o almirante negro estava absolvido pela anistia de 1910. Agora ele responde a processo por ter manobrado o Minas Gerais durante a rebelião da ilha das Cobras. Como o comandante e os oficiais haviam abandonado o encouraçado antes do levante, João Cândido e os marujos tiraram o navio da linha de tiro e o levaram à ilha de Mocanguê.

Em novembro de 1912, Cândido é inocentado. Mas até sua morte, em 1969, seria perseguido por aqueles que quiseram sufocar a me-

mória da revolta da Chibata.

Viagem do Satélite

A repressão se estende aos pobres do Rio de Janeiro. É feita uma “limpeza” nas ruas, recolhendo operários, prostitutas e mendigos. Estes e muitos revoltosos são colocados no navio Satélite.

A embarcação parte no Natal. Leva esse povo à Amazônia, para serviços forçados na extração da borracha. A viagem se transforma num martírio, com castigos e execuções sumárias.

Morel, Edmar. A Revolta da Chibata, Paz e Terra, 5ª ed. SP, 2009

É tempo de ativismo pelos direitos das mulheres de minorias

25 de novembro é Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher. Definido no I Encontro Feminista Latino-Americano e do

Caribe, realizado em 1981, em Bogotá, Colômbia.

A data foi escolhida para lembrar as irmãs Mirabal, assassinadas pela ditadura

Trujillo na República Dominicana.

Em 1991 teve início a Campanha Mundial pelos Direitos Humanos das Mulheres, sob a coordenação do Centro de Liderança Global da Mulher, que propôs os 16 Dias de Ativismo contra a Violência contra as Mulheres, que começam no 25 de novembro e encerram-se no dia 10 de dezembro, aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Este período também contempla outras duas datas significativas: o 1º de Dezembro, Dia Mundial da Luta contra a Aids e o dia 6 de dezembro, Dia do Massacre de Montreal. Em março de 1999, o 25 de novembro foi reconhecido pela ONU.

Mulheres de Luta

Liberata (c. 1780 - ?)

Aos seus 10 anos a escrava Liberata foi comprada na vila de Paranaguá por José Vieira, morador na enseada das Garoupas, no litoral catarinense.

Seu primeiro filho, João, fruto de abusos de seu senhor, foi reconhecido pelo pai. Liberata passou a ser perseguida pela senhora Vieira e por seus filhos, pois era a prova incontestada da “vergonha” da família.

Em quatro ocasiões, Liberata viu Ana Vieira e seu pai, José Vieira, assassinarem e sumirem com os cadáveres dos filhos que acabara de parir. Um desses bebês era filho de Ana com Joaquim, um negro da casa; pai e filha lançaram-no ao mar, diante dos escravos.

Não acreditando na promessa de Vieira de que seria alforriada quando ele morresse, Liberata começou a lutar por sua liberdade. Nesta época conheceu o negro José Pinheiro. Eles reuniram o quanto puderam e ofereceram pelo consentimento do casamento e da liberdade. O valor, porém, era inferior ao estipulado.

No início de julho de 1813, chegou às mãos do juiz do Desterro (atual Florianópolis) um requerimento em que eram mencionadas as promessas de liberdade a Liberata e a seus filhos. O documento fora escrito pelo

curador Francisco Rebelo.

Vieira ignorou os primeiros chamados de comparecimento à Justiça. Diante da ameaça da abertura de uma ação de liberdade, e ainda temendo ser denunciado pelos crimes, José Vieira fez uma troca ilegal de escravos com seu enteado, Floriano José Marques, que passou a responder como seu senhor.

De setembro de 1813 até meados do ano seguinte foram muitos os requerimentos dirigidos ao juiz. Marques pedia o levantamento do depósito de Liberata. Rebelo denunciava a farsa da troca de escravos. Até que o curador e Liberata revelaram a verdadeira razão pela qual Vieira não queria figurar como réu no processo.

Em julho de 1814, Liberata confirmou na Justiça os assassinatos e argumentou que não falara antes por medo.

Liberata acabou desistindo da luta judicial em troca da liberdade. Em acordo privado com José Vieira, garantiu seu silêncio sobre os crimes, recebendo em contrapartida uma doação de terras em nome do filho. A ex-escrava casou-se com José Pinheiro, com quem teve dois filhos.

Schumacher, Schuma. Brazil, Érico Vital. Dicionário Mulheres do Brasil, Zahar, 2ª edição. RJ, 2001

O caso das irmãs Maribal



Patria, Minerva e Antonia María formaram o grupo Las Mari-posas, de oposição à ditadura de Rafael Trujillo, na República Dominicana. Foram presas e torturadas várias vezes. Em 25 de novembro de 1960 foram apunhaladas e estranguladas numa plantação de cana-de-açúcar. O assassinato fortaleceu a oposição ao regime até a morte de Trujillo, em maio de 1961.

Mulheres são desestimuladas a correr após os 60 anos

Professora protesta contra a falta de categorias para corredoras idosas. São mais de 55 mulheres nesta situação

Veronice T. Bressan Murai

Participo de corridas há algum tempo. É duro completar 60 anos e sentir-se discriminada pela nossa Secretaria de Esporte e Lazer e por outras entidades organizadoras de corridas. Isto em pleno século XXI.

Para que a competição seja mais justa, as corridas são divididas em faixas etárias de cinco em cinco anos, devido aos fatores físico e biológico. Assim deter-

mina a Confederação Nacional de Atletismo. Para nós, mulheres idosas, a categoria acaba aos 59 anos, segundo a SMEL. As corridas rústicas promovidas pela secretaria e quase todas as outras de Curitiba seguem o mesmo esquema.

Um exemplo de valorização da mulher idosa temos com Tadeu Natálio, diretor

e organizador do Procorrer, que nos contempla com as categorias 60/64 anos e acima de 65 anos. Na corrida feminina participaram 49 mulheres nestas duas categorias.

Em Curitiba temos mais de 55 corredoras entre 60 e 76 anos. Por que a SMEL insiste em negar mais uma ou duas categorias? A secreta-

Veronice tem medalhas obtidas em corridas nacionais e internacionais



ria ainda não percebeu por que as mulheres deixam de participar após completarem 60 anos? É um absurdo mulheres de 76, 73 e 69 anos competirem com outras de 56 ou 57 anos. A diferença biológica é imensa. Assim, essas senhoras se sentem humilhadas, desvalorizadas e sem categoria.

Quando é que vão fazer justiça e nos dar esse direito de igualdade com o masculino?

Esse mesmo protesto e pedido estendo a todas as corridas rústicas de Curitiba, Paraná e Santa Catarina.

Nós, mulheres idosas, esperamos que nos respeitem e nos valorizem. Queremos igualdade ao masculino na organização das faixas etárias.

Veronice T. Bressan Murai é professora aposentada da rede municipal de Curitiba

O Coletivo de Aposentadas/os do Sismmac promove confraternização de final de ano. Será no dia 9 de dezembro, às 15 horas, na Confeitaria Wing (Av. Silva Jardim, 1219, Rebouças). Ao valor é de R\$ 15 por pessoa

CNTE realiza seu 31º congresso em janeiro



No período de 13 a 16 de janeiro de 2011 será realizado o 31º Congresso Nacional da CNTE, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

O evento está marcado para ocorrer no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. Seu tema central é O PNE na Visão dos Trabalhadores em Educação.

Durante os quatro dias, 2500 professores e funcionários de escolas debaterão temas que estão na pauta da educação pública e elegerão a nova direção da CNTE.

Participarão representantes das 41 entidades filiadas à CNTE nos 26 Estados, no Distrito Federal e em 14 municípios.

Os professores municipais de Curitiba participarão do Congresso da CNTE com dez representantes. Foram eleitos na assembleia realizada em 25 de outubro, logo após o 6º Seminário dos Trabalhadores de Educação – Organização do Trabalho Pedagógico, na reitoria da UFPR.

